

## PROPOSTAS CURRICULARES DE MATEMÁTICA DO ENSINO DE 1º GRAU (5ª A 8ª SÉRIE) DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970

Silvana Matucheski<sup>1</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

*silmatucheski@yahoo.com.br*

### Resumo:

Esta pesquisa de mestrado teve como objetivos coletar e organizar documentos curriculares paranaenses, da disciplina de Matemática, elaborados e publicados na década de 1970 e, além disso, a partir de entrevistas, apresentar algumas perspectivas sobre as circunstâncias de elaboração destes documentos. Para alcançar esses objetivos, estudaram-se seis textos curriculares paranaenses elaborados na década de 1970 e realizaram-se entrevistas com quatro professores que trabalharam na Equipe de Currículo da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná. Após coletar os documentos e as entrevistas, fizeram-se dois exercícios de leitura a fim de mostrar possíveis formas de olhar para esse material. Algumas conclusões deste estudo são: o processo de elaboração de textos curriculares na década de 1970 foi desencadeado pela Lei nº 5692/71; algumas questões educacionais em evidência hoje já eram discutidas naquele período; poucas foram as alterações de conteúdos matemáticos nas programações curriculares e muitas foram as permanências.

**Palavras-chave:** Educação Matemática; História da Educação Matemática; Currículo.

### 1. Introdução

A pesquisa<sup>2</sup> aqui apresentada teve como objetivos coletar e organizar documentos curriculares paranaenses, da disciplina de Matemática, elaborados e publicados na década de 1970 e, além disso, a partir de entrevistas, apresentar algumas perspectivas sobre as circunstâncias de elaboração desses documentos. Para alcançar os objetivos propostos foi necessário estudar os documentos curriculares publicados na década de 1970 e realizar entrevistas com professores que participaram – em algum momento – do processo de elaboração de tais documentos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de Rio Claro (UNESP – Rio Claro). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Pesquisa de mestrado, realizada em 2010 e 2011, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Vianna, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM), Linha de Pesquisa Educação Matemática e Interdisciplinaridade, do Setor de Ciências Exatas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES/REUNI.

A relevância do tema da pesquisa justifica-se pela dificuldade de acesso aos documentos curriculares paranaenses anteriores ao *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*<sup>3</sup> (1990) e pela escassez de materiais sobre o ensino de matemática no Paraná na década de 1970. Desse modo, acredito que a pesquisa contribui para a compreensão da História da Educação Matemática do Estado do Paraná.

Nas próximas seções apresento algumas considerações referentes à perspectiva de currículo adotada, aos documentos curriculares estudados, às entrevistas realizadas e aos resultados da pesquisa.

## **2. Perspectiva de currículo na pesquisa**

É necessário esclarecer que a pesquisa aqui apresentada não teve a intenção de teorizar sobre currículo. No entanto, a fim de obter um panorama geral sobre o tema, adotei o livro *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias curriculares*, de Tomaz Tadeu da Silva, como referência. Então – tanto na pesquisa, quanto neste texto – entendo currículo como “texto, discurso, documento” (SILVA, 2010, p. 150).

Assim, o termo currículo foi utilizado para se referir aos documentos curriculares paranaenses (em alguns momentos os chamo também de textos curriculares) publicados pela então Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná (SEEC)<sup>4</sup> na década de 1970. É preciso prevenir os leitores que neste estudo não foram abordados os reflexos dos documentos curriculares na prática dos professores de Matemática e também não houve preocupação com outras facetas do currículo.

Em seguida, apresento os seis documentos curriculares paranaenses estudados durante o desenvolvimento da pesquisa.

## **3. Os documentos curriculares paranaenses**

Em 11 de agosto de 1971, Emílio Garrastazu Médici, então Presidente do Brasil, sancionou a Lei nº 5692/71<sup>5</sup>, que fixava as Diretrizes e Bases para a educação brasileira e

---

<sup>3</sup> Este documento curricular não será abordado neste texto.

<sup>4</sup> Em 18 de junho de 1979 o nome foi alterado para Secretaria de Estado da Educação (SEED), pela Lei nº 7169, quando foi criada a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte (SECE) (PARANÁ – ARQUIVO PÚBLICO, 2002).

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>.

alterava a estrutura do ensino<sup>6</sup> no País. A partir daí, cada estado brasileiro devia elaborar o seu Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino e um Planejamento Prévio que fixasse as linhas gerais do Plano Estadual e indicasse as execuções imediatas. Por isso, a SEEC sentiu a necessidade de organizar uma equipe para estudar a legislação educacional e também para repensar o currículo paranaense.

Em 1972, a FUNDEPAR<sup>7</sup> publicou o primeiro documento elaborado por essa equipe. Trata-se do texto *Sugestão para Estrutura Curricular Adaptada para a 5ª Série em 1972*, que apresenta questões gerais sobre educação (tais como: organização curricular, trabalho em atividades e áreas de estudo) e um programa curricular para as disciplinas da 5ª série. É possível perceber que a equipe preocupava-se em reforçar alguns pontos da Lei 5692/71 e também do Parecer 853/71<sup>8</sup> do então Conselho Federal de Educação (CFE).

Naquele mesmo ano, a Revista do Ensino (Revista da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul) publicou o documento *Articulação e Integração no Ensino de 1º Grau (Diretrizes Teóricas dos Currículos de 5ª e 6ª séries do Ensino de 1º Grau)*<sup>9</sup>. Este texto preocupa-se com questões teóricas referentes ao currículo e trata de discussões gerais provocadas pela Lei 5692/71 e pelo Parecer 853/71 do CFE. É importante ressaltar que uma das seções desse documento aborda o tema avaliação e sugere-se, no texto, que o professor avalie seus alunos mediante observação, testes e trabalhos (pesquisas, projetos, relatórios, entre outros). Após a leitura desse texto, fica a impressão que o tema *avaliação* começava a ocupar um lugar de destaque nas discussões educacionais e que havia preocupação em divulgar essas discussões aos professores.

Pouco depois, em 1973, a SEEC passa por uma reestruturação e implanta-se a Equipe de Currículo. Esta equipe passa a elaborar os textos curriculares paranaenses e a publicá-los na Revista Currículo<sup>10</sup> que foi criada para distribuir e divulgar esses textos aos professores paranaenses.

---

<sup>6</sup> A Lei nº 4024/61 (disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>) dividia a educação em: Educação Pré-Primária, Ensino Primário, Ensino Médio (composto pelos ciclos Ginasial e Colegial) e Ensino Superior. A Lei nº 5692/71 altera a nomenclatura dos graus de ensino, passando a chamá-los de Ensino de 1º Grau (união do antigo Ensino Primário e do antigo Ciclo Ginasial do Ensino Médio) e Ensino de 2º Grau (correspondente ao Ciclo Colegial do Ensino Médio).

<sup>7</sup> Fundação Educacional do Estado do Paraná.

<sup>8</sup> Para maiores informações: Revista Documenta, n. 133, dez 1971.

<sup>9</sup> Este documento paranaense foi publicado na revista gaúcha em virtude de contatos estabelecidos anteriormente entre as duas secretarias, quando uma equipe de professores do Paraná visitou o Rio Grande do Sul para observar como a Reforma de Ensino estava acontecendo (e sendo pensada) naquele Estado.

<sup>10</sup> Embora seja chamada de *revista*, a Revista Currículo não era um periódico propriamente dito, pois suas publicações não eram periódicas: a cada texto curricular finalizado, a Equipe de Currículo publicava um novo número da Revista e a distribuía nas escolas estaduais paranaenses.

Ainda naquele ano a Equipe de Currículo publicou o documento *Primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau*. Apesar do título do documento sugerir sugestões para todo o Ensino de 1º Grau há tratamento diferenciado entre 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries: para as séries iniciais o texto apresenta apenas os objetivos a serem alcançados, enquanto isso, para as séries finais o texto apresenta os objetivos seguidos de uma lista de conteúdos a serem trabalhados. É pertinente destacar que o documento afirma que “O estudo da Matemática tem por função desenvolver o espírito de investigação, invenção e iniciativa, o pensamento lógico e a noção de universalidade das leis matemáticas” (PARANÁ – SEEC, 1973, p. 55).

Em 1975, a Revista Currículo publicou um texto *diferenciado*: trata-se de um texto que traz estudos sobre geometria. O título desse documento curricular é *Ciências e Matemática* e a seção destinada à Matemática intitula-se *Estudos sobre a Geometria Atual*. Esses estudos estão divididos em: Orientação metodológica no ensino atual, Introdução à Geometria, Estudos sobre retas, Movimentos geométricos, e, Noção de distância. Esses estudos sugerem que os professores comecem a trabalhar com os sólidos geométricos e depois passem a trabalhar com as figuras planas. Acredito que a função desses textos era a de fornecer material de apoio para os professores de Matemática da época.

Já em 1976, foi publicado o documento *Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série)*. Este texto apresenta uma programação curricular por série, além de uma sugestão de projeto a ser trabalhado com a 5ª série (o projeto intitula-se *Como é divertido trabalhar com conjuntos*). De acordo com o documento, seu objetivo é “oferecer subsídios à elaboração dos Planos Curriculares dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino de 1º Grau” (PARANÁ – SEEC, 1976, p. 19). Ressalta-se, nesse documento, que os professores deveriam adaptar as sugestões à realidade de suas escolas e que, para isso, seria necessário realizar uma avaliação diagnóstica das turmas a fim de, a partir de tal avaliação, selecionar os conteúdos, bem como as estratégias de ensino a serem utilizadas em sala de aula. Outro ponto a ser destacado sobre esse texto curricular é sua organização: ele apresenta quadros contendo os objetivos, os conteúdos e as estratégias indicados para cada série.

Em 1977, há uma nova publicação de texto curricular na área de Matemática no Paraná: *Diretrizes Curriculares de Matemática – 1ª a 6ª série (Orientações para o Planejamento Curricular nas Escolas Rurais atingidas pelo Programa de Cooperação Estado – Município)*. Este documento foi elaborado para atender escolas específicas:

escolas rurais paranaenses, conhecidas como Escolas Consolidadas<sup>11</sup>. E, por ser destinado a uma realidade diferenciada, o documento explicita que

Duas foram as preocupações fundamentais na elaboração desta proposta curricular de matemática, para as escolas da zona rural.

Uma delas foi a de selecionar os conteúdos de tal forma que se pudesse fornecer ao aluno o maior número possível de informações durante o tempo – muitas vezes curto – em que ele frequenta a escola.

A outra preocupação, também relacionada à seleção dos conteúdos, foi a de verificar quais seriam aqueles mais significativos e de maior aplicabilidade prática para os alunos dessas escolas (PARANÁ – SEEC, 1977, p. 2).

Além das listas de conteúdos, esse documento traz uma seção intitulada *Material de Apoio*. Essa seção contém orientações metodológicas para o trabalho docente e orientações específicas sobre os conteúdos, além de sugestões de atividades. Esse texto curricular assemelha-se a um manual, pois mostra *como* os professores *devem* ensinar alguns conteúdos matemáticos – e é aconselhável lembrar que naquele período poucos professores tinham formação. Apesar das possíveis *boas intenções* dos autores do material, é preciso ressaltar que há alguns erros conceituais nesse material (exemplo:  $1 \text{ m}^2 = 100 \text{ cm}^2$ ). Não encontrei nenhum registro que indique que esses erros foram corrigidos, posteriormente, no material distribuído às escolas.

Esses foram os seis documentos curriculares paranaenses, da disciplina de Matemática, que encontrei durante minha pesquisa. Se existem outros, eu não encontrei vestígios que pudessem me levar até eles.

Os seis textos estudados – e aqui, brevemente, apresentados – mostram a preocupação em atender a Lei nº 5692/71, bem como o Parecer 853/71. No entanto, há algo que julgo interessante mencionar: nenhum documento daquela década faz referência a documentos curriculares anteriores. Fica uma impressão de descontinuidade no trabalho de elaboração de tais documentos e, provavelmente, há uma relação disso com a descontinuidade existente no trabalho da própria SEEC em virtude de questões políticas (mudanças de governo estadual, por exemplo).

Cabe dizer ainda que, após a publicação desses documentos na década de 1970, a próxima publicação de um documento curricular paranaense que tenho conhecimento é o

---

<sup>11</sup> Maiores informações sobre as Escolas Consolidadas podem ser encontradas na dissertação *Escolas Rurais Consolidadas paranaenses: mito e realidade*, defendida por Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos, sob a orientação da Profª. Drª. Acacia Zeneida Kuenzer, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1987.

*Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná* em 1990. É importante dizer também que esse documento não faz nenhuma menção aos documentos curriculares paranaenses da década de 1970.

Antes de finalizar esta seção é pertinente registrar que todos esses documentos curriculares foram digitalizados e se encontram nos anexos digitais da minha dissertação. Além disso, julgo importante dizer que encontrei documentos curriculares de outras disciplinas, elaborados também pela Equipe de Currículo na década de 1970. No entanto, não estudei tais textos, pois meu interesse – no momento da pesquisa – estava apenas nos textos curriculares da disciplina de matemática.

A seguir, apresento algumas considerações sobre as entrevistas realizadas com os colaboradores da pesquisa, bem como sobre suas contribuições para o estudo.

#### **4. As entrevistas**

Além do interesse em estudar os textos curriculares paranaenses da disciplina de matemática publicados na década de 1970, havia o interesse em informações sobre as circunstâncias de elaboração de tais documentos. Não encontrei essas informações nos textos curriculares estudados.

Então, procurei algumas pessoas que trabalharam na SEEC na década de 1970 e as convidei para participar da pesquisa. Quatro professores aceitaram o meu convite e tornaram-se colaboradores da pesquisa. São eles: Maria Lucia Faria Moro<sup>12</sup>, Nilcéa Maria de Siqueira Pedra<sup>13</sup>, Nircélio Zobot<sup>14</sup> e Odilon Carlos Nunes<sup>15</sup>. Essas pessoas foram selecionadas tanto por seus nomes constarem nos documentos curriculares estudados, quanto por terem sido indicadas por alguns professores do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além disso, após a realização da primeira entrevista, os colaboradores sugeriram outros nomes e uma rede foi se formando – no entanto, naquele momento, poucas pessoas aceitaram colaborar com a pesquisa. Assim, depois do contato prévio (por e-mail ou por telefone) explicando os

---

<sup>12</sup> Professora colaboradora sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>13</sup> Professora aposentada da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>14</sup> Coordenador do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – Paraná.

<sup>15</sup> Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



objetivos do estudo, realizei duas entrevistas (individuais) com cada um dos colaboradores da pesquisa.

Na primeira entrevista utilizei um método semelhante a aquele utilizado por Vianna (2000): apresentei trinta fichas contendo palavras-chave (tais como: currículo, equipe de currículo, legislação educacional, relação SEED – escolas – professores, transição de governos, entre outros) e cada colaborador escolheu os assuntos sobre os quais falaria. Acredito que uma das vantagens dessa metodologia é que o colaborador tem a oportunidade de escolher sobre o que falar e quanto falar a respeito dos temas propostos. Eu, enquanto pesquisadora, optei por interagir o mínimo possível com os colaboradores nessas primeiras entrevistas a fim de tentar evitar o direcionamento das falas dos professores entrevistados.

Depois de realizar três entrevistas, usando o método descrito no parágrafo anterior, comecei a pensar na segunda entrevista, pois ela tinha a função de complementar os assuntos que ficassem obscuros na primeira entrevista. Surgiram algumas dúvidas: Quantas questões elaborar? Que temas abordar? Após rever o material que eu já possuía até aquele momento, elaborei doze questões que foram utilizadas na segunda entrevista – com cada um dos colaboradores. Nestas entrevistas eu, como pesquisadora, interfeiri mais, pois poderia ser a *última* chance de obter informações relevantes de cada colaborador (a).

As oito entrevistas realizadas foram gravadas<sup>16</sup> e, posteriormente, fiz a transcrição<sup>17</sup> e a textualização<sup>18</sup> de cada entrevista. Desse modo, obtive duas textualizações referentes às entrevistas de cada colaborador. No entanto, como a segunda entrevista complementava as informações da primeira entrevista, optei por apresentar uma única textualização das entrevistas de cada colaborador. Por isso, reli as duas textualizações e escrevi um texto único contendo as informações fornecidas pelos colaboradores. Desse modo, na dissertação, foram apresentadas apenas quatro textualizações. Depois de realizar esse trabalho, entreguei a cópia da textualização da entrevista para os respectivos colaboradores, juntamente com uma cópia do áudio das entrevistas. Após a aprovação dos textos pelos colaboradores, eles assinaram as respectivas cartas de cessão permitindo que eu apresentasse as textualizações em minha dissertação.

---

<sup>16</sup> Apenas o áudio foi gravado.

<sup>17</sup> Processo de degravação da entrevista, ou seja, “primeira instância do processo de registro escrito do material oral colhido nas entrevistas” (GARNICA, 2008, p. 80).

<sup>18</sup> Processo de editoração da transcrição. Na textualização o pesquisador pode reordenar cronologicamente as informações, constituindo um texto coeso (GARNICA, 2008)

As entrevistas realizadas foram importantes para a pesquisa, pois ajudaram a constituir o cenário de elaboração dos documentos. A primeira contribuição a ser destacada foi o acesso aos dois documentos curriculares paranaenses publicados em 1972: a professora Maria Lucia Faria Moro tinha cópia de tais documentos em seu arquivo pessoal – e, é importante registrar que, eu não os encontrei em bibliotecas públicas. Outra contribuição é o registro sobre o diálogo entre professores paranaenses e gaúchos no início da década de 1970: de acordo com os relatos das professoras Maria Lucia Faria Moro e Nilcéa Maria de Siqueira Pedra, alguns professores paranaenses foram a Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em 1971, e lá ficaram por um mês para acompanhar a implantação da Reforma de Ensino no Rio Grande do Sul – e esses professores tiveram todas as despesas pagas pela SEEC (do Paraná). Além disso, os quatro colaboradores descreveram como era o trabalho da Equipe de Currículo em épocas distintas: em um primeiro momento os profissionais trabalhavam nas dependências da FUNDEPAR, em outros momentos trabalharam no CETEPAR<sup>19</sup>, e, em outros momentos o trabalho aconteceu na própria SEEC – havia ainda alguns profissionais que eram contratados por tarefas e podiam trabalhar em casa, desde que cumprissem os cronogramas e apresentassem os trabalhos finalizados nas datas estipuladas. Também é importante registrar que, além do trabalho de elaboração dos documentos, aconteciam os cursos para os professores, onde eram repassadas informações a respeito da Lei nº 5692/71 e sobre as diretrizes curriculares elaboradas pela Equipe de Currículo.

Entre outras informações importantes, os relatos dos colaboradores confirmam que a cada mudança no Governo Estadual, havia mudanças na SEEC e havia reflexos disso também na Equipe de Currículo e, conseqüentemente, nos documentos curriculares – e, por isso, fica a sensação de descontinuidade do trabalho.

Através das entrevistas também foi possível entender porque o acesso aos documentos curriculares paranaenses da década de 1970 é difícil: em meados de 1983 houve uma ordem de algum funcionário da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para eliminar o material produzido pela Equipe de Currículo na década anterior. Por isso, hoje temos acesso a poucos exemplares desses documentos nas bibliotecas paranaenses.

No entanto, apesar de tantas contribuições é preciso dizer que sinto uma lacuna na pesquisa, pois não consegui entrevistar nenhum professor de matemática que tenha trabalhado na SEEC na década de 1970 – alguns já faleceram, outros não foram

---

<sup>19</sup> Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Estado do Paraná, mas na década de 1970, era o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná.



localizados e a única possível colaboradora que conseguimos contato preferiu não participar da pesquisa. Desse modo, temos acesso apenas às informações gerais da elaboração dos documentos, mas não temos informações específicas a respeito da elaboração dos documentos curriculares da disciplina de Matemática.

## 5. Os exercícios de leitura realizados

Após localizar os seis documentos curriculares estudados na pesquisa e de realizar as entrevistas com os quatro colaboradores da pesquisa era preciso dizer algo sobre o material coletado. Então, elaborei e apresentei – na dissertação – dois textos, que chamei de *exercícios de leitura*, a fim de mostrar possíveis formas de olhar para o material que eu tinha em mãos.

O primeiro exercício foi delineado a partir de um esboço da Hermenêutica de Profundidade, inspirado pela leitura da tese de Virginia Cardia Cardoso<sup>20</sup> – defendida na UNICAMP<sup>21</sup> em 2009 – que utilizou esta ferramenta em sua pesquisa. Cardoso (2009) estudou alguns documentos curriculares do Ensino Médio, elaborados de acordo com a legislação educacional posterior à Lei nº 9394/96<sup>22</sup>.

O segundo exercício foi delineado a partir de um esboço da Análise de Conteúdo, inspirado pela leitura do artigo de Plínio Cavalcanti Moreira, Helena de Noronha Cury e Carlos Roberto Vianna<sup>23</sup>, publicado na Revista Zetetikè<sup>24</sup> em 2005. Moreira, Cury e Vianna (2005) utilizaram a análise de conteúdo para interpretar as respostas obtidas em sua pesquisa sobre a disciplina de Análise Real nos cursos de Licenciatura em Matemática.

Para elaborar o primeiro exercício de leitura reli os documentos curriculares e as textualizações das entrevistas, além da legislação educacional vigente nas décadas de 1960 e 1970. A partir dessa releitura, escrevi um texto que conta *uma* história da elaboração dos documentos curriculares paranaenses da década de 1970.

Para elaborar o segundo exercício de leitura reli os documentos curriculares e as textualizações das entrevistas. A partir dessa releitura, fiz cem recortes nos textos e estabeleci cinco unidades de análise: currículo, documentos curriculares (elaboração e

---

<sup>20</sup> A tese tem como título *A cigarra e a formiga: Uma reflexão sobre a educação matemática brasileira da primeira década do século XXI*. Esta tese foi orientada pelo Prof. Dr. Antonio Miguel no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>21</sup> Universidade Estadual de Campinas.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>.

<sup>23</sup> O artigo tem como título *Por que análise real na licenciatura?*.

<sup>24</sup> Revista da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas sobre Educação Matemática.

divulgação), ensino de ciências e de matemática, influências políticas, prática docente. Depois de organizar os recortes (alguns deles encaixam-se em mais de uma unidade de análise – e isso não traz prejuízos para o exercício de leitura), reli os trechos de cada unidade de análise para que fosse possível elaborar considerações sobre eles e, posteriormente, escrever um texto sobre cada unidade de análise.

Ao final desses exercícios de leitura, vejo que eles são complementares. Enquanto o primeiro mostra um panorama geral do contexto de elaboração dos documentos curriculares paranaenses da década de 1970, o segundo mostra particularidades dos temas que foram escolhidos como unidades de análise. Assim, acredito que se os temas das unidades de análise forem alterados, o resultado desse exercício *pode* ser distinto daquele que apresentei em minha dissertação.

Acredito que esses exercícios de leitura evidenciaram que é possível fazer leituras distintas do mesmo material. Além disso, espero que eles tenham contribuído para mostrar que eu não pretendia contar *a* história da elaboração dos documentos curriculares paranaenses de matemática da década de 1970, mas sim *versões* dessa história.

A seguir, apresento os principais resultados do trabalho.

## **6. Resultados da pesquisa**

Depois de finalizar a dissertação posso afirmar que o processo de elaboração de documentos curriculares na década de 1970 foi desencadeado pela Lei nº 5692/71, pois foi a partir de sua publicação que a SEEC preocupou-se em organizar uma equipe para discutir e estudar a legislação educacional no Estado do Paraná. Esta equipe consolidou-se, em 1973, na Equipe de Currículo da SEEC. É importante notar que esta equipe não era responsável apenas por estudar a legislação e elaborar textos curriculares, mas também era responsável por divulgar os documentos curriculares e oferecer cursos de treinamento aos professores da rede estadual de ensino.

Os textos curriculares paranaenses encontrados e as entrevistas realizadas mostraram que algumas questões educacionais que podem ser consideradas *atuais* já eram discutidas na década de 1970 (exemplos: formação de professores, interdisciplinaridade, metodologia de ensino, contextualização de conteúdos e avaliação). E, apesar disso, ainda vemos poucos avanços nessas questões.

Quanto aos programas curriculares de matemática pode-se afirmar que poucas foram as alterações e muitas foram as permanências. É relevante ressaltar que, em 1972,

afirmava-se que “a situação ideal seria aquela em que o conteúdo programático surgisse do interesse do aluno, colocado em situações de aprendizagem que lhe *despertassem* o interesse” (PARANÁ – SEEC, 1972, p. 55-56, itálicos do original). Contudo, tenho a impressão que isso continua sendo apenas a *situação ideal* almejada por alguns professores e educadores matemáticos e que ainda está longe de ser a realidade em nosso País.

É pertinente salientar que as fontes escritas e as fontes orais se tornaram complementares na pesquisa: enquanto as entrevistas complementavam algumas informações dos documentos escritos, os documentos auxiliavam nas lembranças dos colaboradores da pesquisa (seja quanto aos nomes de colegas, seja quanto aos momentos de trabalho na SEEC).

Também considero relevante apontar que os dois momentos de entrevistas foram complementares entre si. E, além disso, as entrevistas dos quatro colaboradores da pesquisa também se complementaram.

E, para finalizar, acredito que, como “A memória interpreta, redimensiona, inventa, complementa” (GARNICA, 2010, p, 560)... As minhas memórias juntamente com as memórias dos meus colaboradores permitiram que eu desenvolvesse a minha pesquisa de mestrado e, agora – depois de certo *afastamento* dela – escrevesse este texto.

## 7. Referências

BRASIL – CFE. **Documenta**. Brasília, DF, n. 133, dez 1971.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:  
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 26/01/2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em:  
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 26/01/2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:  
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 26/01/2011.

CARDOSO, V. C. **A cigarra e a formiga: Uma reflexão sobre a educação matemática brasileira da primeira década do século XXI**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FUNDEPAR. **Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972.** Curitiba, PR, 1972.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: registro integral de uma primeira sistematização. **Matemática e Ciência: conhecimento, construção e criatividade.** Belo Horizonte, MG, ano 1, n. 1, p. 44-98, abr 2008.

\_\_\_\_\_. Presentificando ausências: a formação e a atuação dos professores de matemática. In: CUNHA, A. M. O. *et al* (orgs). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

MOREIRA, P. C; CURY, H. N.; VIANNA, C. R. Por que análise real na licenciatura?. **Zetetiké.** Campinas, SP, v. 13, n. 23, p. 11-42, jan/jun 2005.

PARANÁ – ARQUIVO PÚBLICO. **História administrativa do Paraná (1948 – 1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado.** Curitiba, Pr: Imprensa Oficial/DEAP, 2002. Disponível em:  
<[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana\\_1948a1998.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1948a1998.pdf)>. Acesso em: 23/01/2011.

PARANÁ – SEEC. Articulação e Integração no Ensino de 1º Grau (Diretrizes Teóricas dos Currículos de 5ª e 6ª séries do Ensino de 1º Grau). **Revista do Ensino.** Porto Alegre, RG, n. 147, suplemento especial n. 4 – Educação no Paraná –, 1972.

\_\_\_\_\_. Ciências e Matemática. **Currículo.** Curitiba, PR, ano 2, n. 15, 1975.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares de Matemática – 1ª a 6ª séries (Orientações para o planejamento curricular nas escolas rurais atingidas pelo Programa de Cooperação Estado – Município). **Currículo.** Curitiba, PR, ano 3, n. 31, 1977.

\_\_\_\_\_. Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série). **Currículo.** Curitiba, PR, ano 2, n. 20, 1976.

\_\_\_\_\_. Primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau. **Currículo.** Curitiba, PR, ano 1, n. 3, 1973.

PARANÁ – SEED. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.** Curitiba, PR, 1990.

RAMOS, L. M. P. C. **As “Escolas Consolidadas” paranaenses: Mito e realidade.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte. MG: Autêntica, 2010.

VIANNA, Carlos Roberto. **Vidas e circunstâncias na Educação Matemática**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.